



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PAULA MUNIZ BRITTO

BRASÍLIA

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PAULA MUNIZ BRITTO

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a banca examinadora da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, orientada pela Professora Doutora Liliâne Campos Machado.

BRASÍLIA

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PAULA MUNIZ BRITTO

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Brasília, Dezembro de 2017

Banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Professora Doutora Liliane Campos Machado - Orientadora
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Doutora Maria Emília Gonzaga de Souza
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professor Mestre Fábio Oscar Lima
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que em sua infinita misericórdia permitiu que eu fizesse o curso que tanto amo em uma Universidade Federal, onde sempre tive o sonho de estudar. Aos meus pais, por ter investido tempo, dinheiro, amor e cuidado em minha educação, me incentivando a estudar e a perseverar por meus objetivos. Às minhas irmãs, que fizeram a minha vida, uma vida muito mais leve e feliz, onde o companheirismo e a amizade ultrapassam os laços de sangue que nos unem. Ao meu marido, Gabriel, que foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Por todas as vezes em que me levou na faculdade, na parada de ônibus, na escola. Por todas as vezes em que foi atrás junto comigo de materiais para a faculdade, por toda a compreensão e encorajamento durante não somente esse período, mas muito antes, sonhando esse sonho comigo antes mesmo que se realizasse. Aos meus professores, colegas de faculdade e amigos que foram essenciais na minha formação, em especial às professoras Liliane – minha orientadora, que me ajudou muito em minha jornada acadêmica e no início da minha transição, que eu estava sem saber por onde começar e que foi tão receptiva comigo, Maria Emília – minha orientadora de estágio supervisionado, que foi essencial para que eu vivenciasse momentos inesquecíveis com os alunos – e ao professor Fábio – que mesmo com todos os seus afazeres, me auxiliou durante toda a minha monografia, trazendo propostas fundamentais para que o meu trabalho fosse satisfatório.

MEMORIAL

Meu nome é Paula Muniz Britto, nasci no dia 19 de Agosto de 1995, na cidade de Belo Horizonte - MG. Meus pais são Rita de Cássia Muniz Britto e Francisco Eustáquio Britto. Tenho cinco irmãos: Priscilla, 32 anos, filha do primeiro casamento de minha mãe; Beatriz, 23 anos e Débora, 13 anos, filhas do meu pai e da minha mãe; Renato, 16 anos e Miguel, 2 anos, filhos do meu pai.

A minha escolha profissional foi feita com muita certeza, já que desde criança eu gostava de lecionar, tanto que até as minhas brincadeiras infantis eram voltadas para isso. O início da minha alfabetização se deu no Jardim II, quando eu tinha quatro (4) anos. A primeira escola onde estudei foi no Pingo de Gente, uma escolinha de educação infantil na cidade de Ituiutaba – MG. Já durante a pré-escola e todo o Ensino Fundamental I estudei em um colégio católico, chamado: ESI Colégio Santa Teresa e a cartilha que usávamos era da Coleção Marcha Criança.

A escola era dinâmica e pautada na educação montessoriana, onde visava a autonomia dos alunos. A escola produzia muitos eventos e eu, como era bem destemida, sempre era chamada para fazer teatro ou então dançar. Como era uma cidade pequena e perto de praças e de um museu da cidade, fazíamos muitos passeios também. Sair com os alunos do espaço escolar naquela época não era muito comum, embora seja de suma importância a criança criar relação com o meio em que vive, pois segundo Freire (1981), a leitura de mundo é posterior a da palavra e faz com que o aluno faça uma relação da sua leitura de mundo com a leitura da palavra, sendo que essa primeira leitura é feita na infância.

Como eu gostava muito de ler, acabei me destacando e na formatura da pré-escola, a professora me convidou para ser a oradora da turma. Para mim, foi muito bom meu tempo de escola. Eu gostava de tudo: das aulas, dos professores, do recreio, das atividades, das pinturas, das brincadeiras, dos meus colegas. Eu sempre amei ensinar, desde pequena eu pegava meus cadernos e me corrigia, fazia atividades para as minhas amigas da escola como se eu fosse a professora, auxiliava aqueles que tinham dificuldade, enfim, eu amo o que eu faço e a profissão que vou exercer – talvez por tantas experiências escolares boas que eu tive.

Cursei todo o ensino médio em um ótimo colégio de Uberlândia, chamado Colégio Mais Positivo. Eu possuía ótimos professores, o corpo gestor nos dava todo o suporte necessário, as disciplinas eram dinâmicas, eram oferecidas palestras motivacionais e profissionais para nos auxiliar na escolha de nossas profissões, atividades culturais, onde os próprios alunos protagonizavam esse momento, dentre diversos outros fatores que fizeram com que eu tivesse uma boa experiência escolar nessa etapa da minha vida.

Fiz o ENEM em 2012 e fui aprovada para o curso de Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde comecei a estudar em 2013. Lá, o curso era anual e tive sete (7) disciplinas no decorrer do ano. Eu amei cada experiência, cada livro, cada texto, cada professor... eu estava muito feliz por ter escolhido o curso certo. Fiz o curso por um ano, quando me casei e tive que me mudar para Planaltina – DF. Fiz a prova de transferência facultativa na UnB para o mesmo curso e fui aprovada, ingressando na Universidade em Agosto de 2014.

A área que quero me especializar é a de crianças com necessidades educacionais especiais. Desde o início do curso de Pedagogia eu sabia que era isso o que eu queria. Eu amo essa área e a escolhi porque minha irmã mais velha, Priscilla, tem deficiência motora e já sofreu muito na escola por causa disso. Lembro-me de um episódio que me marcou, quando ela fazia sexta série na escola de ensino regular, foi reprovada e não quis continuar estudando mais, chorou até minha mãe concordar em não matriculá-la novamente.

Hoje eu entendo que naquela época não havia tanta abertura – ao menos na minha cidade – para a educação inclusiva, tanto que não era qualquer escola que aceitava pessoas com necessidades especiais. Embora ainda existam obstáculos e preconceito, naquela época isso era ainda mais evidente. Ela não tinha suporte algum além dos professores. Muitos não tinham paciência por ela não acompanhar a turma quando tinha que copiar do quadro, demorava para fazer as atividades propostas e isso acabava por prejudicá-la no seu processo de ensino-aprendizagem.

Enfim, essa foi um pouco de minha trajetória acadêmica e os motivos de minhas escolhas profissionais. Eu quero fazer parte da mudança de realidade que minha irmã vivenciou e que ainda existe, cooperar para que esses alunos sejam não apenas integrados ao sistema escolar – o que só fortalece ainda mais a exclusão e a invisibilidade dessas pessoas – mas sejam, de fato, incluídos. Espero ter um caminho bem sucedido nesse percurso que escolhi trilhar, ser uma profissional de excelência, me aprimorar, buscar mais conhecimento, me especializar e estar em constante transformação – para melhor.

Resumo

O presente trabalho se constitui em uma pesquisa exploratória a respeito do projeto político-pedagógico inclusivo que as escolas oferecem para incluir o aluno com necessidades educacionais especiais (PNEE). A inclusão na escola é de suma importância, uma vez que o desenvolvimento humano nessa etapa se dá, também, por meio da afetividade e por vínculos sociais. O desenvolvimento humano é um processo que requer paciência e compreensão, seja de qualquer pessoa, especialmente do aluno que possui limitações – físicas, motoras, intelectuais, mentais, dentre outras – e é preciso entender que essas limitações não o impedem de se desenvolver e de aprender. Sendo assim, o trabalho foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa que culmina responder a seguinte questão: Como a equipe escolar planeja o projeto político-pedagógico para incluir os alunos com necessidades educacionais especiais (PNEE)? A partir disso, então, serão apresentadas propostas pedagógicas voltadas para a educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVES: Projeto Político-pedagógico. Educação inclusiva. Adaptação curricular. Inclusão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1) CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	11
1.1) Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE).....	11
1.2) Dispositivos Legais.....	12
1.3) Formação de Professores.....	14
2) DIMENSÕES ESCOLARES NA INCLUSÃO.....	16
2.1) O Papel da Escola.....	16
2.2) Adaptações Curriculares Inclusivas.....	17
3) REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	20
3.1) Procedimentos de Pesquisa.....	20
3.2) Discussão e Análise dos Resultados.....	21
4) ALTERNATIVAS DE AÇÕES PEDAGÓGICAS JUNTO AO PNEE.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
ANEXO I	30
ANEXO II.....	32
ANEXO III.....	36

INTRODUÇÃO

Originalmente, a palavra inclusão (1999) vem do latim, do verbo *includere* e significa “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço”, “entrar num lugar até então fechado”. É a ligação de dois prefixos: *in* (dentro) e *cludo* (cludere), que significa “encerrar, fechar, clausurar”. Esse termo é aplicado não somente para questões das necessidades especiais, mas também para quaisquer pessoas que estão excluídas de determinados espaços e situações e precisam ser incluídas nesses meios de alguma forma. Neste trabalho, a inclusão será tratada com o enfoque voltado para a educação inclusiva, ou seja, nos espaços escolares.

A educação inclusiva implica em uma educação transformadora de qualidade, uma educação voltada para entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes entre si, o que não deixa de ser completo, pois exige de nós empatia, solidariedade e respeito. A educação inclusiva visa acolher todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada ou oprimida por qualquer outro motivo.

As práticas pedagógicas vêm sendo cada vez mais aprimoradas para acompanhar o desenvolvimento da pessoa portadora de necessidades educacionais especiais (PNEE) no processo de ensino e aprendizagem. Vários são os fatores que influenciam nesse processo, porém os fatores sócio-culturais são, em especiais, de suma importância, pois é a partir da vivência dos alunos e do seu contexto social que poderemos elaborar atividades pedagógicas que venham de encontro às necessidades e particularidades de cada aluno.

Um autor de grande destaque na educação e desenvolvimento humano é Vygotsky e também um referencial no que tange às pessoas com necessidades educacionais especiais. Para ele, a criança cujo desenvolvimento se há complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvida que seus coetâneos normais, mas é uma criança desenvolvida de outra forma (VYGOSTKY, 1989). Esses alunos, por muitas vezes excluídos no sistema de ensino escolar, devem ser vistos com possibilidades de aprender e se desenvolver.

Por mais que muitas barreiras sobre o processo de inclusão tenham sido derrubadas, ainda há muito que se fazer. Por possuir uma irmã com deficiência motora, que já sofreu muitos preconceitos e enfrentou muitas dificuldades, me despertou o interesse de procurar saber quais propostas pedagógicas que a equipe escolar oferece para esses alunos. Com base nessa vivência, entendo que o fato de a PNEE estar na escola não significa que esse aluno

foi, de fato, incluído. É fundamental que ele participe do processo educacional e que seja aceito por todos como alguém que, apesar das limitações, aprende.

O presente trabalho tem como objetivos específicos discutir o papel da escola na educação inclusiva, identificar e analisar os dispositivos legais, a formação de professores, aspectos e adaptações curriculares, como esse processo se dá na prática, buscar alternativas de ações pedagógicas junto ao PNEE e por fim, promover aos professores do ensino regular uma oportunidade de reflexão sobre o currículo e os saberes, reconsiderando os aspectos curriculares da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais por meio de estudos e discussões sobre o assunto. Com as lentes sobre a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, me proponho a discutir o papel da escola e os aspectos curriculares voltados para esses alunos e sobre como esses aspectos podem ser adaptados para que a PNEE seja de fato, incluída – e não apenas integrada– na escola.

Em relação ao contexto histórico será abordado sobre os dispositivos legais e a formação de professores que estão diretamente relacionados com a inclusão educacional de PNEE. E em relação às alternativas de ação pedagógica junto a essas pessoas, é necessário um projeto político-pedagógico inclusivo eficiente, que se preocupe com a aprendizagem desses alunos e entenda que este assunto deve ser alvo de discussão como a da de qualquer outro aluno, mostrando-se necessário e urgente que se repense questões que visem proporcionar alternativas para incluir esses alunos de modo que eles desenvolvam suas potencialidades e não sejam reprimidos por suas dificuldades.

1) CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1) Portadores de Necessidades Especiais (PNEE)

Atualmente surge uma nova concepção sobre o papel que a escola representa na sociedade, onde ela deve ser um espaço inclusivo, que atenda as diversidades e que propicie uma educação de qualidade, apresentando respostas às necessidades de seus educandos. Para atingir estes objetivos, é necessário que esteja preparada para atender as necessidades educacionais de seus alunos, inclusive os Portadores de Necessidades Educacionais Especiais.

A escolha do termo PNEE para a pesquisa desse trabalho foi por englobar não somente pessoas com deficiência (PCD), mas qualquer pessoa que precise ter um atendimento especializado e específico, como transtornos, altas habilidades, hospitalizadas, com dificuldades de aprendizado, dentre outras necessidades. Sendo assim o termo PNEE (Portadores de Necessidades Educacionais Especiais) pode ser definido como:

(...) o conceito de “necessidades educacionais especiais” passará a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja. (SANTOS, 2007, p. 4)

A atenção à diversidade, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), está centrada no direito de promoção à escola com intuito de promover à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, sem restrição, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização.

A escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento. (BRASIL, 1998, p. 23).

A identificação de alunos com necessidades especiais nem sempre é destituída de controvérsias. Entende -se que todo e qualquer aluno pode apresentar, ao longo de seu processo de aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) sob essa ótica consideram como educandos com necessidades educacionais especiais os que, no processo educacional apresentarem:

- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações para acompanhar as atividades curriculares (não vinculadas a uma causa específica, ou relacionadas a condições, disfunções,

limitações ou deficiências);

- condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando uso de linguagens e códigos aplicáveis;
- altas habilidades ou superdotação.

De acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. A Educação Inclusiva, no entanto, propõe que a Educação Especial passe a constituir a proposta pedagógica da escola, de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos (BRASIL, 2008). Dessa forma, a identificação das necessidades educacionais especiais torna-se fundamental para nortear o planejamento do ensino, pois sem isso não há como efetivamente propiciar um atendimento de qualidade (BRASIL, 2008).

1.2) Dispositivos legais

Atualmente, vivemos em um mundo onde é necessário criar leis para que você seja respeitado em todos os espaços sociais de convivência. Porque os indivíduos existentes nela não sabem respeitar o outro para que haja uma reciprocidade. Por isso, é fundamental que se trate essa questão nas escolas, pois o direito a educação não implica só em ter acesso, mas que seja garantido oportunidades exequíveis, qualidade e permanência. Nesse contexto, a escola é um espaço fundamental para que haja uma construção da identidade pessoal, e que essa identidade seja respeitada. O direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa.

A Constituição de 1988 no artigo 208, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, garante “a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.” Ou seja, na lei a educação deve ser assegurada a todos, porém esse termo pode não ser o mais adequado quando se trata de inclusão, pois existem escolas de ensino especial, o que não assegura a inclusão do aluno especial em ensino regular.

Para tanto, existem outras leis que regulamentam a inclusão dessas pessoas em classes regulares. A regulamentação mais atual que define os parâmetros da organização do sistema educacional no Brasil é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Neste documento, além de estabelecer metas e propostas de inclusão, determina também a nova função da Educação Especial como:

(...) modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2011).

A resolução n.2/2001, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e com isso, notou-se um avanço no aspecto da universalização e atenção à diversidade na educação brasileira. Em seu Art. 2º:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

A proposta da educação inclusiva aberta às diferenças deve atender a todos com qualidade, envolvendo as necessidades e potencialidades de cada ser na sua individualidade. Sendo assim, uma das grandes e atuais discussões no que se refere ao processo de inclusão se dá na maneira como os educadores compreendem a forma de adaptação pedagógica e a organização física do ambiente escolar para a recepção de educandos com deficiência.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no Artigo 59, inciso III, que define que os sistemas de ensino devem assegurar às pessoas com necessidades especiais, é indicada uma instrução para a formação dos professores: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996). Nota-se, então, uma diferenciação entre professores com especialização para os atendimentos especializados e professores capacitados para atuarem nas classes comuns das escolas regulares.

Reforçando as propostas de inclusão de pessoas com necessidades especiais, no ano de 2002, segundo BRASIL (2008), foram regulamentadas leis importantes para a educação inclusiva:

- Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, definindo que as instituições de ensino superior oferecessem formação docente voltada para a atenção à diversidade;

- Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão de pessoas surdas; e, 28

- Portaria nº 2.678/2002, que aprovou diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino. Dando

continuidade à política educacional, em 2003 o MEC criou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Esse programa objetivava a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2008).

Com a aprovação pela ONU da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006, o Brasil, um dos Estados signatários, reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação se comprometendo a assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, como expresso no Artigo 24 desse documento (ONU, 2006). Ainda em 2006 foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pela Secretaria dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e UNESCO onde está previsto entre suas ações fomentar, no currículo da educação básica, temas relativos às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior (BRASIL, 2008).

1.3) Formação de professores

No que tange a formação de professores das séries iniciais, o ideal é que estes tenham disciplinas na sua formação inicial específicas sobre a educação especial e educação inclusiva, não somente trabalhando esses assuntos superficialmente, mas englobando e adquirindo as competências necessárias para perceber as necessidades especiais educacionais de cada aluno, adaptando as ações pedagógicas para atender de modo satisfatório as suas necessidades. Acontece que, o ideal ainda está longe do real. Embora os cursos de licenciatura abordem essas questões, não há um aprofundamento sobre as mesmas devido à sua complexidade e profundidade. Ou seja, há informação, mas não formação.

Para que haja formação é preciso especialização. E a formação dos professores especializados deve acontecer em cursos específicos. Nesses cursos é preciso se atentar às particularidades de cada necessidade específica – deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, por exemplo – e de cada indivíduo portador dessas necessidades, uma vez que cada aluno reage de formas diferentes perante às suas dificuldades. É de suma importância também que esses professores especializados apoiem os professores de escolas regulares que possuam em sua turma algum aluno com necessidades educacionais especiais, pois se trabalharem juntos, a possibilidade de que o processo de ensino-aprendizagem seja eficiente é muito maior.

Na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 e na Resolução nº 2 do CNE/ Câmara de Educação Básica, de 11 de setembro de 2001, há orientações legais para a formação docente. Conhecimentos sobre inclusão devem ser garantidos a todos os professores em formação e

também em formação continuada. Propostas de formação devem levar em conta suas características.

Prieto (2006, p. 59) aponta para a necessidade de se proceder a um levantamento do perfil acadêmico desses alunos e professores e de suas experiências com alunos com necessidades especiais, para que se organizem e implementem ações que promovam o acesso aos conhecimentos necessários para sua formação e atuação. No entanto não bastam apenas conhecimentos sobre necessidades especiais, é preciso garantir que o conjunto de professores se aproprie desses conhecimentos e se transforme, transformando sua práxis pedagógica, o que só acontecerá se estes tiverem consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, para a escola e para o sistema de ensino quanto para seu desenvolvimento profissional e pessoal.

De acordo com Glat e Nogueira (2002, p. 25) na formação de professores, é preciso desenvolver a possibilidade de “analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização”, considerando as diferenças entre os alunos e atendendo às mesmas. Considerar as diferenças individuais, a diversidade e suas implicações pedagógicas é condição fundamental para a elaboração do planejamento pedagógico e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação da aprendizagem que atendam ao princípio da educação inclusiva.

Durante a formação do professor um ponto fundamental a discutir é justamente a consideração da escola como espaço de ensino-aprendizagem para todos os alunos ali inseridos, apresentem ou não uma necessidade educacional especial. Os professores e a escola, enquanto sistema, precisam planejar atividades pedagógicas que favoreçam a socialização e que possibilitem a aprendizagem de todos alunos. É de fundamental importância que as políticas públicas considerem primordial a oferta de programas de capacitação e formação continuada de professores para atuação no ensino regular frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, cabendo ao sistema público de ensino garantir e prover essa capacitação e não ao professor procurar por ela.

Enfim, as barreiras que impedem os educandos com necessidades especiais de terem todas as suas especificidades satisfeitas podem ser rompidas, mas esse papel não é somente do professor. A inclusão requer mudanças, na qual a escola precisa e deve criar condições de acessibilidade a estes educandos. É dever da escola oferecer educação de qualidade para todos, a começar pela formação inicial e continuada de professores qualificados para o atendimento educacional especializado.

2) DIMENSÕES ESCOLARES NA INCLUSÃO

2.1) O papel da escola

É observado por Gomes (1999) que “a escola é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram”. A escola é esse lugar desafiador onde devem possibilitar as diferenças do ser humano e o respeito à diferença do outro. A inclusão é um assunto que provoca discussões há tempos e que embora haja diversas propostas inclusivas, vejo que em muitos lugares há somente a integração. Ou seja, o aluno PNEE é integrado ao sistema escolar, porém não incluído no ambiente educativo. As barreiras derrubadas são apenas físicas e não sociais.

Para Fávero (2004, p. 53) a escola “é o espaço privilegiado da preparação para a cidadania e para o pleno desenvolvimento humano”. O exercício da cidadania deveria abordar além de direitos e deveres, aspectos mais amplos no que diz respeito a preconceitos que nos impedem de aceitar a diferença do outro, já que para que o desenvolvimento humano ocorra é preciso do outro, das singularidades de cada um que trabalham em conjunto com as minhas, e vice-versa. O desenvolvimento se dá não somente pelo biológico, mas também pelos aspectos histórico-culturais que cada aluno traz consigo e da interação uns com os outros.

É afirmado também por Fávero (2004, p. 54) que “turmas homogêneas facilitam o trabalho dos educadores, mas estreitam a mente e o progresso social dos alunos sem deficiência”. Estes e aqueles com deficiência têm direito de ter contato com a diversidade da vida. Se a gestão escolar abre espaço para esse tipo de aluno e dedica-se a buscar de fato uma educação inclusiva e um desenvolvimento de qualidade, irá amenizar e muito o processo árduo que é a inclusão. Mas se a escola não propõe novos projetos curriculares, não trata a respeito desse assunto com os colaboradores (professores, gestores, psicólogos, enfim, toda a equipe multifuncional) e se declara inclusiva, ela estará negligenciando algo de muito valor, que é a educação.

A escola pode ser um lugar que mantém – e estimula – preconceitos, mas também pode ser um lugar que os desconstroem. Esse é um dos principais desafios que os gestores e educadores precisam enfrentar no exercício de sua profissão, uma vez que não é fácil ser mediador de conflitos tão complexos como esses.

Para Cavalleiro:

Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. [...] É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a

possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. (CAVALLEIRO, 2006, p. 21)

É o projeto político-pedagógico que orienta as atividades escolares revelando a concepção da escola e as intenções da equipe de educadores. Com base nesse projeto a escola: organiza seu trabalho; garante apoio administrativo, técnico e científico às necessidades da Educação inclusiva; planeja suas ações; possibilita a existência de propostas curriculares diversificadas e abertas; flexibiliza seu funcionamento; atende à diversidade do alunado; estabelece redes de apoio, que proporcionam a ação de profissionais especializados, para favorecer o processo educacional.

É na sala de aula que acontece a concretização do projeto político-pedagógico elaborado nos diversos níveis do sistema educacional e com a educação inclusiva não é diferente. Portanto, nota-se que o projeto político-pedagógico que a escola oferece tem um papel mediador fundamental na inclusão de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais (PNEE).

Na prática educacional percebe-se o que realmente está funcionando, as falhas do projeto, onde precisa ser aperfeiçoado, dentre outros fatores. A equipe profissional que integra essa fase precisa estar atenta para detectar essas lacunas e oferecer propostas pedagógicas eficientes para que o educando com necessidades educacionais especiais desenvolva suas potencialidades e tenha um aprendizado realmente significativo.

2.2) Adaptações curriculares inclusivas

Ao analisar o currículo dentro de uma perspectiva histórico-crítica, é uma possibilidade inferir que há um controle representativo do Estado, que intervém não apenas em “o que”, mas “como” esses saberes devem ser repassados. Ou seja, a escola perde a sua autonomia e fica condicionada a questões políticas, econômicas e sociais, que alimentam as políticas educacionais – resultando em parâmetros e diretrizes que objetivam menos a unidade do trabalho pedagógico.

Em controvérsia, há quem diga que os Parâmetros Curriculares Nacionais possuem seu lado positivo. Mesquita (2009) cita o quanto o currículo, que durante muito tempo se configurou como mecanismo de exclusão, passou a se tornar instrumento da política educacional inclusiva. Assim, a política educacional inclusiva se manifesta em projetos educacionais, como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares, cujo objetivo é orientar o professor a trabalhar com alunos PNEE.

Mesmo regidas pelo princípio da inclusão e de valorização da diversidade, as reformas

educacionais não consideram as diferenças como algo que diz respeito apenas ao currículo. É muito mais do que isso. A política sobre o currículo é um condicionamento da realidade prática da educação que deve ser incorporado ao discurso sobre o currículo. As diferenças devem ser alvos de debates em sala de aula, em como essas devem ser não somente respeitadas, mas valorizadas. É preciso então que, além de propostas curriculares efetivas que considerem as particularidades do outro, haja também a disseminação desse assunto em toda a sua riqueza e verdade para que os sofismas a respeito da inclusão sejam derribados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais focalizam o currículo como: ferramenta básica da escolarização; buscam dimensionar o sentido e o alcance que se pretende dar às adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente; e admite decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (BRASIL, 1996). A política curricular materializada por meio também dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares orienta as escolas e seus professores a desenvolverem ações adequadas para atenderem a diversidade de necessidades que se apresentarem no contexto da escola e na sala de aula.

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. (BRASIL, 1996). Para o governo, as adaptações podem ser significativas, quando voltadas a modificações mais amplas, dentro da própria construção do Projeto Político-Pedagógico da escola, e não significativas, quando se referem às alterações realizadas pelo professor em sala de aula. Essas adaptações se dão nas dimensões:

- Organizativas - organização de agrupamentos, organização didática, organização do espaço;
- Relativas aos objetivos e conteúdos- priorização de áreas ou unidades de conteúdos, priorização de tipos de conteúdos, priorização de objetivos, sequenciação, eliminação de conteúdos secundários;
- Avaliativas - adaptação de técnicas e instrumentos, modificação de técnicas e instrumentos;
- Nos procedimentos didáticos e nas atividades - modificação de procedimentos, introdução de atividades alternativas às previstas, introdução de atividades

complementares às previstas, modificação do nível de complexidade das atividades, eliminando componentes, sequenciando a tarefa, facilitando planos de ação, adaptação dos materiais, modificação da seleção dos materiais previstos;

- Na temporalidade - Modificação da temporalidade para determinados objetivos e conteúdos previstos.

A ideia de adaptação, posta pela política curricular revela uma ótima não de unidade, mas de que o currículo oficial seja homogêneo. A política educacional no que diz respeito aos avanços possibilitados pela proposta de educação inclusiva, ainda se deixa surpreender pelos paradoxos inerentes aos seus discursos, a exemplo da afirmativa acima “adaptação do currículo regular”. É fundamental, então, que as escolas tornem os currículos alternativos e diferenciados – não adaptados – os gerenciadores do conhecimento e da organização educacional, contribuindo para a constituição de uma nova escola, de uma nova sociedade.

3) REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.1) Procedimentos de Pesquisa

A questão norteadora dessa pesquisa é “Como a equipe escolar planeja a proposta pedagógica para incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE)?”, tendo como um dos objetivos específicos compreender o planejamento da proposta pedagógica da equipe escolar para a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE).

A preocupação com a aprendizagem desses alunos deve ser alvo de discussão como a da de qualquer outro aluno, tendo em vista que a pessoa NEE estará, como os demais, aprendendo a desenvolver suas possibilidades. Para tanto, é necessário que sejam apresentadas propostas pedagógicas inclusivas eficientes – é esta a principal proposta desse projeto.

A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo, o que é descrita por Bogdan e Biklen (1982 apud LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.11-13):

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador com seu principal instrumento. [...] Os dados coletados são predominantemente descritivos. [...] A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. [...] O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. [...] A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. (LUDKE; ANDRÉ;1982)

Sendo assim, a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, no caso, instituições educacionais. Desse modo, ao adotar a pesquisa qualitativa, é possível afirmar que não há uma verdade universal sobre o assunto pesquisado, pois vai variar de acordo com o local, os sujeitos, as situações, ou seja, das suas especificidades, o que pressupõe uma metodologia própria.

O projeto utiliza ferramentas básicas, como a pesquisa bibliográfica e também a pesquisa de pesquisa de campo. Estas opções se justificam porque a pesquisa bibliográfica tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o tema, auxiliando na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final, e a pesquisa de campo porque traz dados empíricos que buscam compreender melhor o problema pesquisado.

Este trabalho realizar-se-á por meio de entrevistas com diferentes profissionais, mais especificamente cinco (05), que atuam em escolas públicas do Distrito Federal como gestores

e professores, porque por esse método os objetivos do projeto serão revelados ao respondente. A pesquisa fará uso de um questionário contendo algumas questões específicas (ANEXO I) sobre o projeto pedagógico que algumas escolas oferecem para a inclusão do PNEE e que será respondido pelos gestores escolares e professores que lá trabalham. Conforme combinado e por preferência dos mesmos, as questões serão respondidas por meio de correio eletrônico.

A partir dos dados coletados na pesquisa de campo e levando em consideração o referencial teórico elaborado nesse texto, será analisado se os projetos pedagógicos propostos pelas escolas são a melhor opção para o aluno PNEE e quais alternativas de ações pedagógicas se podem acrescentar para que seja um projeto eficaz. As perguntas devidamente respondidas estão no ANEXO 2 e 3, onde no 2 temos as respostas por parte dos gestores e na 3, por parte dos professores. A razão para entrevistar esses diferentes profissionais é que o professor vivencia a prática diária do aluno PNEE, a convivência com os colegas, o desenvolvimento que aquele aluno tem nas atividades propostas, enquanto o gestor, por muitas vezes, não tem esse contato.

Por fim, os dados coletados e analisados possibilitaram uma maior compreensão sobre a educação inclusiva, assim como o papel da escola, da formação dos professores, os aspectos curriculares e o educando em suas mais diferentes especificidades. Sendo assim, essa pesquisa foi de suma importância para a minha formação acadêmica e como profissional que buscará exercer dignamente essa profissão tão nobre: ser professor.

3.2) Discussão e Análise dos Resultados

Notou-se certo padrão nas respostas das diferentes escolas quanto ao corpo gestor, como exemplo que o que norteia as adaptações curriculares é o Plano Nacional de Educação determinado pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Também notou-se que a maioria das escolas contém a sala de recursos, nem sempre com todos os recursos necessários para a utilização da mesma, porém o fato de entenderem sua significância já é um passo inicial para que essa sala seja bem utilizada e os alunos PNEE façam bom uso em seu processo de ensino-aprendizagem.

O que senti falta nas respostas de todos os entrevistados foi a equipe multiprofissional integrando o projeto pedagógico escolar, que embora tivessem uma base profissional de apoio, ainda está longe de ser o suficiente. O ideal seria que as escolas trabalhassem juntamente com outros profissionais especializados, não apenas com os professores e diretores, mas com pedagogos hospitalares (quando há a necessidade de internação, por exemplo), psicomotricistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e

fisioterapeutas (em casos que necessitam), entre outros que são de suma importância para que o PNEE tenha todo o apoio e recursos necessários para que se desenvolva da melhor forma possível.

As professoras responderam um questionário com algumas alterações nas questões elaboradas, visando que a prática de sala de aula é diferente da prática de gestão. Cada uma trouxe suas experiências pessoais como base para responder as questões propostas. Por serem experiências pessoais, notou-se que na prática docente nem tudo se dará da mesma maneira, que depende também da instituição de ensino e dos outros profissionais que integram o quadro funcional.

Em comum, percebe-se que as alterações curriculares são fundamentais para que o processo de ensino-aprendizagem do aluno PNEE seja real e efetivo, pois cada um possui suas particularidades e limitações. Outro fator interessante é o acolhimento do aluno PNEE junto aos demais alunos, uma vez que eles, em sua maioria, buscam ajudá-lo nesse processo e não excluí-lo. O que acontece na prática é mais uma questão de falta de tempo dos docentes para dar a atenção necessária ao aluno quando não se tem mais ninguém para ajudá-lo, a falta de recursos materiais e profissionais que irão atuar junto ao professor e ao discente, desfavorecendo, assim, a inclusão.

Conforme o Plano Orientador das Ações de Educação Especial nas Escolas Públicas do Distrito Federal,

O movimento de inclusão escolar previsto para a Secretaria de Estado de Educação será implementado de modo contínuo e processual a fim de atender à diversidade presente na rede de ensino. Com isso, não se busca a dissociação das vivências passadas, mas orienta-se por novos paradigmas facilitadores do processo de redirecionamento e de aprimoramento do sistema de ensino, voltado à implementação de efetiva e eficaz educação inclusiva. (PAULON, 2005, p.48)

Se realmente essa teoria fosse colocada em prática, hoje a realidade dos estudantes especiais seria outra. Embora muitos profissionais tenham se dedicado e se esforçado para ofertarem uma educação significativa para essas crianças, ainda assim a realidade é árdua. A escola deve ser para o processo de inclusão, uma resposta às necessidades educativas dos alunos na perspectiva do direito à educação para todos. Nesse contexto, a atenção às diferenças se concretiza com estratégias que levem em consideração não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas também seus interesses, suas vivências e suas motivações, independentemente das suas necessidades.

4) ALTERNATIVAS DE AÇÕES PEDAGÓGICAS JUNTO AO PNEE

Veiga et al. (1996) ressaltam que todo ser humano, em sua vida cotidiana, aprende uma imensidão de conhecimento em interação com o outro. Vygotsky (1981) afirma que "somos produtos da interação com o meio" (VEIGA et al., 1996, p. 42), pois ele é o responsável pelo processo de desenvolvimento humano. O indivíduo jamais poderia se desenvolver sem a interação; o meio social e a troca de experiências propiciam isso. Na visão vygotskyana a mediação não equivale ao ato em si, não é uma pessoa que se contrapõe a uma ação, mas a mediação é a própria relação em si, ela é um processo.

Nessa perspectiva, a aprendizagem é vista como sujeitos que interagem entre si, constituindo, dessa forma, a dinâmica ensino-aprendizagem. A mediação acontece por meio das formas semióticas, dos signos diferenciados e pelas ferramentas. A mediação não precisa da presença física, pois não é a presença corpórea que estabelecerá a mediação na relação social. A mediação consiste na significação que conceda a comunicação e interação entre as pessoas e a aconteça.

Além de mudanças curriculares para a Educação Inclusiva, há outras ações pedagógicas que podem e devem ser tomadas para um melhor desempenho do aluno PNEE. Para que os mesmos participem integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, como a preparação e dedicação da equipe educacional e dos professores; a utilização do recurso lúdico no processo ensino-aprendizagem; adequações dos espaços físicos, quando forem necessários. Este último, muito importante, uma vez que não basta apenas a preparação da equipe multiprofissional que irá trabalhar com o PNEE, mas é necessário um espaço físico adaptado para as mais diversas deficiências. Não deve haver barreiras arquitetônicas que possam dificultar o acesso de alunos. A escola deve adaptar-se ao aluno com deficiência, de forma que todos os seus setores sejam acessíveis para o mesmo.

Outro aspecto importante a se falar é sobre a integração da equipe multiprofissional com a comunidade, em especial, com a família. Sem o apoio da família é como se o projeto pedagógico ficasse incompleto. Para tanto, é necessário que a família trabalhe em conjunto com todos os profissionais que integrarão o processo de ensino-aprendizagem do PNEE, participando das reuniões, trocando informações sobre o quadro do aluno, auxiliando-o fora do contexto escolar, incentivando-o e persistindo em meio às dificuldades. Com isso, muitas barreiras vão se rompendo e muitas limitações vão sendo vencidas.

Vale ressaltar também a ação pedagógica da interdisciplinaridade dos profissionais das mais diversas áreas que auxiliarão o desenvolvimento do PNEE. O ideal seria que as escolas

trabalhassem juntamente com outros profissionais especializados, não apenas com os professores e diretores, mas com pedagogos hospitalares (quando há a necessidade de internação, por exemplo), psicomotricistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e fisioterapeutas (em casos que necessitam), entre outros que são de suma importância para que o PNEE tenha todo o apoio e recursos necessários para que se desenvolva da melhor forma possível. Uma frase de Fávero que resume bem essa discussão:

É indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem suas barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, adotando práticas de ensino escolar adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a todos os alunos, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam às necessidades educacionais dos educandos e sem deficiências, mas sem discriminações. (FÁVERO, 2007)

Portanto, ao considerar tais alternativas de propostas pedagógicas para a educação inclusiva, estar-se-á trilhando um caminho rumo ao apoio dos educandos com necessidades especiais, pensando em suas especificidades, evoluindo suas potencialidades e trabalhando dentro de suas possibilidades. Sendo assim, as necessidades e o amparo que essas pessoas precisam na escola, serão, mesmo que em partes, supridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas décadas, temos a temática da educação inclusiva inscrita em diferentes contextos e circunstâncias e a instituição escolar tem sido convocada a dar algum tipo de resposta. O atual momento histórico exige uma participação efetiva da escola e, para tanto, é preciso redimensionar o modo de pensar e fazer educação, tarefa complexa por natureza. Nas palavras de Baptista (2006, p.29), “devemos conter o nosso pragmatismo, frear nossa tendência às respostas, explorar de maneira crítica nossa própria experiência, reconhecer nossa dolorosa e contínua implicação”. Sendo assim, pode-se perceber nossa implicação quando se afirma que ser professor é uma maneira particular de ser no mundo, é uma forma particular de olhar o mundo.

É necessário implementar uma reforma paradigmática, compreendendo que não se trata de uma reforma institucional ou curricular que se resume em renovação de programas, conteúdos, metodologias e procedimentos. Uma reforma paradigmática supõe um novo entendimento que faculte ao homem compreender as situações do mundo complexo em que se encontra, para nele poder intervir. Significa mudar as bases de partida de um raciocínio, as relações associativas e repelentes entre alguns conceitos iniciais, o conceito angular, a ideia maciça e elementar que suporta todo o edifício intelectual (MORIN,2002, p. 82). Neste sentido, torna-se necessário que se empreenda uma outra possibilidade de conceber a formação do professor, uma outra mentalidade, outra compreensão do ser humano em suas diferentes formas de existir.

É inegável a necessidade de se pensar uma verdadeira revolução em todo o contexto educacional. A inclusão dos alunos com necessidades especiais é tarefa primordial nessa nova empreitada, para tanto é necessário o implemento dos educadores com curso de aperfeiçoamento nesta área, mas principalmente para os que se encontram nas academias. Este trabalho tem como escopo, a inclusão educacional. Nesse âmbito, temos que contar com o contexto cultural, financeiro ou físico para atender a todos os alunos que possuem algum tipo de dificuldade de aprendizado. Esse é um processo que deve ser construído, dia após dia com a participação de todos os membros da sociedade.

Outro fator relevante que conclui é que a comunidade escolar, muitas vezes, tem como concepção de inclusão apenas o aluno “diferente” que necessita de uma atenção especial na aprendizagem, mas não posso deixar de salientar que existem outras questões que implicam nesse contexto que podem ser: crenças, classe social, a dialética e tantas outras formas ditas propriamente como exclusão. A educação inclusiva é um ato de educar todas as crianças em

um mesmo contexto, não deixando de levar em conta as suas diferenças sociais, físicas, psicológicas, mas sabendo que isso não é um fator de calamidade, ou seja, não significa que eu devo excluí-las por isso.

Enfim chegamos ao principal desafio: a inclusão na escola e suas dificuldades enfrentadas por todos que convivem no ambiente escolar. O que me chamou a atenção nesta pesquisa para um dos grandes desafios enfrentados pelas escolas, principalmente na rede pública, é a formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Verificou-se que formação do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a inclusão.

A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais dependem não só da prática docente ou excelente formação do professor. Neste assunto a escola também tem papel fundamental para a aprendizagem e facilitação da inclusão, como fornecer materiais didáticos adaptados, oferecer cursos aos educadores com a finalidade de conhecer novas práticas de ensino e adaptação no currículo escolar, por exemplo. Parece que no limiar de uma nova era, os indivíduos, organizações e entidades educacionais estão despertando para tornar, as pessoas com necessidades especiais, seres visíveis. Portanto, é necessário, mais que nunca, diminuir preconceitos e paradigmas que tanto já prejudicaram e ainda insistem em existir em nosso convívio social, no que tange a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Daniela. *Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio*, 2013. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml?page=1> acesso em 09 de Setembro de 2017.

BAPTISTA, C.R. (Org) *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. *Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*/Secretária de Educação Básica – Brasília: 2017 3ª versão, documento em construção no Conselho Nacional de Educação. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf acesso em 18 de Setembro de 2017.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, jan. 2008. Disponível em: http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Vseminario/Anais_V_Seminario/educacao/comu/CONSTRUINDO%20CAMINHOS%20PARA%20EDUCACAO%20INCLUSIVA.pdf. Acesso em: 18 de Novembro de 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998, 23 p. Disponível em: http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/Vseminario/Anais_V_Seminario/educacao/comu/CONSTRUINDO%20CAMINHOS%20PARA%20EDUCACAO%20INCLUSIVA.pdf. Acesso em: 18 de Novembro de 2017.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, jan. 2008. Disponível em: https://institutorodrigomendes.org.br/?gclid=Cj0KCCQiAgNrQBRC0ARIsAE-m-1wAfY7ce8NVsL-RCiUjk2BeN7wHNL4j-fHCwG01lbmnwgdEqL4B7IkaAvdfEALw_wcB. Acesso em: 18 de Novembro de 2017.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: Brasil. Ministério da educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

DUARTE, Jaluza de Souza. *Ações facilitadoras da inclusão na escola*. Santa Maria –

RS. Disponível em <http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao2006/2006/pdf/artigos/pedagogia/A%C3%87%C3%95ES%20FACILITADORAS%20DA%20INCLUS%C3%83O%20NA%20ESCOLA.pdf> acesso em 08 de Setembro de 2017.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade*. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MONTOAN, Maria Teresa Eglér. *Atendimento Educacional Especializado*. Brasília: SEESP, SEED, MEC, 2007.

FREIRE, Paulo. Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura – Campinas. Novembro de 1981.

GLAT, R. e NOGUEIRA, M. L. de L. *Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil*. In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferentes presenças na escola*, 1999. Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/educacao-e-diversidade-cultural-refletindo-sobre-as-diferentes-presencas-na-escola> acesso em 19 de Setembro de 2017.

INCLUSÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LUDKE, Menga ; ANDRÉ, Marli E. D. A. . *Abordagens qualitativas de pesquisa: A pesquisa etnográfica e o estudo de caso*. In: LUDKE, Menga ;ANDRÉ, Marli E. D. A. . **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. . ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986. cap. 2, p. 11-24.

MESQUITA, Amélia Maria Araújo. *Currículo e educação inclusiva: as políticas curriculares nacionais*. João Pessoa, 2009.

MORIN, E. *A cabeça bem feita: reformar a reforma/reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência*. Assembléia Geral das Nações Unidas, 2006. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4699/1/MD_EDUMTE_VII_20_12_01.pdf . Acesso em: 18 de Novembro de 2017.

PAULON, Simone Mainieri , FREITAS, Lia Beatriz de Lucca , PINHO, Gerson Smiech. *Documento subsidiário à política de inclusão* –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 48.

PRIETO, R. G. *Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais*

especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 11 de Setembro de 2017.

SANTOS, Mônica Pereira dos. *Inclusão da Criança com Necessidades Educacionais Especiais*, 2007. Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao-especial-sala-maria-tereza-mantoan/ARTIGOS/A-inclusao-da-crianca-com-necessidades-educacionais-especiais.pdf>. Acesso em 18 de Novembro de 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1. ed. - 19. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2010.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf> Acesso em: 18 de Novembro de 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org) et al. *Didática: o ensino e suas relações*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996

VYGOTSKY, L. S. *Fundamentos de defectologia*. La Habana: Pueblo y Educación, 1989. (Obras escogidas, tomo 5).

ANEXO I

PERGUNTAS PARA GESTORES:

- 1) Qual é a proposta pedagógica para incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE)?
- 2) Como a equipe escolar elabora essa proposta? O que é levado em consideração?
- 3) Quais as adaptações curriculares, em termos de conteúdos e método de ensino, necessárias para um melhor desenvolvimento do aluno PNEE?
- 4) Até quantos alunos PNEE a escola admite por sala de aula?
- 5) Há um professor ou auxiliar responsável exclusivamente para o aluno PNEE?
- 6) Quais critérios são usados para a avaliação do aluno PNEE?
- 7) Há outros profissionais qualificados e especializados que auxiliam o professor junto ao aluno PNEE? Quais?
- 8) Por fim, como a escola vê o processo de inclusão do PNEE no âmbito escolar, levando em consideração as dificuldades e limitações do aluno?

PERGUNTAS PARA PROFESSORES

- 1) A proposta pedagógica que a escola oferece para incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE) funciona na prática?
- 2) Quais as adaptações curriculares, em termos de conteúdos e método de ensino, necessárias para um melhor desenvolvimento do aluno PNEE?
- 3) Quais as maiores dificuldades que o aluno PNEE enfrenta na sala de aula?
- 4) Como as outras crianças interagem com esse aluno? Como é feita a mediação pelo professor?
- 5) Quais critérios são usados para a avaliação do aluno PNEE?
- 6) Há outros profissionais qualificados e especializados que auxiliam o professor junto ao aluno PNEE? Quais?
- 7) Você, enquanto professor e vivenciador da prática educacional inclusiva, considera que o aluno PNEE é, de fato, incluído ou é apenas integrado nesse contexto?

- 8) Como a escola vê o processo de inclusão do PNEE no âmbito escolar, levando em consideração as dificuldades e limitações do aluno?
- 9) Fale sobre como você percebe as relações no contexto da escola, em relação às pessoas com deficiência.
- 10) Fale sobre como você percebe a influência das relações familiares no processo de desenvolvimento-aprendizagem do PNEE.

ANEXO II

ENTREVISTADA 1CARGO: DIRETORA

1) Qual é a proposta pedagógica para incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE)?

R: A proposta pedagógica que o Centro de Ensino Fundamental Arapoangas oferece é a redução de turma com atendimento de monitoria quando necessário.

2) Como a equipe escola elabora essa proposta? O que é levado em consideração?

R: Os professores participam de uma oficina de planejamentos para montar a adequação curricular de acordo com cada aluno com necessidades especiais matriculado. É levado em consideração o relatório médico e psicológico de cada aluno diagnosticado.

3) Quais são as adaptações curriculares, em termos de conteúdos e métodos de ensino, necessárias para um melhor desenvolvimento do aluno PNEE?

R: Vai depender de cada necessidade, por exemplo: os deficientes visuais tem ampliação de reprodução de materiais, se necessário, o professor fala direcionado em posição para este aluno e o mesmo senta sempre em local privilegiado. Já o deficiente intelectual tem questões de fácil elaboração e entendimento com enunciados simples, textos menores e menos complexos e a linguagem do professor para com ele é uma linguagem comum, do dia a dia.

4) Até quantos alunos PNEE a escola admite por sala de aula?

R: Depende da estratégia de matrícula enviada pela Secretaria da Educação. O certo é sempre 2 por sala, mas há restrições se o caso do aluno PNEE precisar de mais atenção ou se a necessidade dele por mais ampla.

5) Há um professor ou auxiliar responsável exclusivamente para o aluno PNEE?

R: Sim, um monitor se o aluno for Deficiente Intelectual e tiver problemas de locomoção.

6) Quais critérios são usados para a avaliação do aluno PNEE?

R: Depois da avaliação diagnóstica são elaboradas as avaliações referentes a cada caso de aluno PNEE.

7) Há outros profissionais qualificados e especializados que auxiliam o professor junto ao aluno PNEE? Quais?

R: Não, só o monitor quando o aluno necessita de ajuda para locomoção e movimento de pinça. Nesta escola não há sala de recurso.

8) Por fim, como a escola vê o processo de inclusão do PNEE no âmbito escolar,

levando em consideração as dificuldades e limitações do aluno?

R: No intuito de facilitar o aprendizado do aluno, enfatizando a necessidade de acompanhamento dos familiares no processo tanto inclusivo como pedagógico.

ENTREVISTA 2

CARGO: SUPERVISORA

1) Qual é a proposta pedagógica para incluir os(as) alunos(as) portadores(as) de necessidades educacionais especiais (PNEE)?

R: A proposta pedagógica para incluir os(as) alunos(as) com necessidades especiais do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina está contida no Projeto Político-Pedagógico da escola e abrange: Classes Inclusivas, Salas de Recursos, Turmas bilíngue, Português como Segunda Língua, EJA Interventiva, Curso de Libras gratuito voltado para a comunidade (PRONATEC) e realização de Adaptações Curriculares e de diversas atividades diferenciadas.

2) Como a equipe escola elabora essa proposta? O que é levado em consideração?

R: Essa proposta é elaborada em conjunto com membros de todos os segmentos da Comunidade Escolar e registrado no Projeto Político-Pedagógico. Levamos em consideração a legislação vigente, orientações pedagógicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal e as reais necessidades dos(das) alunos(as) PNEE.

3) Quais são as adaptações curriculares, em termos de conteúdos e métodos de ensino, necessárias para um melhor desenvolvimento do(da) aluno(a) PNEE?

R: As adaptações curriculares, em termos de conteúdo e método de ensino necessárias para um melhor desenvolvimento do(da) aluno(a) PNEE são: adequações individuais, realização de trabalho lúdico, adaptação/simplificação da linguagem (das explicações, dos comandos de provas e das atividades). Considera-se, muitas vezes, a temporalidade.

4) Até quantos(as) alunos(as) PNEE a escola admite por sala de aula?

R: O Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina segue o que diz a Estratégia de Matrícula da Secretaria de Educação do Distrito Federal, admitindo a seguinte quantidade de alunos(as) PNEE por sala de aula: 1 DMU (Deficiências Múltiplas), 3 DI (Deficiência Intelectual), 2 TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento), 6 surdos(as) etc. Porém, há casos em que a Diretoria Regional de Ensino encaminha o(a) estudante

NEE para a escola e pede para matricular (mesmo que ultrapasse a quantidade estipulada na Estratégia de Matrícula).

5) Há um(a) professor(a) ou auxiliar responsável exclusivamente para o(a) aluno(a) PNEE?

R: Em alguns casos (TGD, Deficiência Física com limitações extremas, DMU), há monitores(as) educacionais exclusivos(as) para alunos(as) com necessidades especiais. Há, também, os(as) profissionais das Salas de Recursos.

6) Quais critérios são usados para a avaliação do(da) aluno(a) PNEE?

R: A avaliação dos(das) alunos(as) com necessidades especiais deve ser diferenciada, com as adaptações curriculares necessárias (de conteúdo e de metodologias pedagógicas). Além disso, deve haver maior tempo para a realização das atividades e, em alguns casos, há a presença de leitor(a), intérprete de Libras, transcrição para Braille etc.).

7) Há outros(as) profissionais qualificados(as) e especializados(as) que auxiliam o(a) professor(a) junto ao(à) aluno(a) PNEE? Quais?

R: Sim. Há os(as) profissionais das Salas de Recursos e os(as) monitores(as) educacionais.

8) Por fim, como a escola vê o processo de inclusão do PNEE no âmbito escolar, levando em consideração as dificuldades e limitações do aluno?

R: O Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina vê como algo necessário e de extrema importância o processo de inclusão dos(das) alunos(as) com necessidades especiais no âmbito escolar. É algo que empodera, socializa e traz autoestima para esses(as) alunos(as).

ENTREVISTADA 3

CARGO: SUPERVISORA

1) Qual é a proposta pedagógica para incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE)?

R: A escola inclusiva está definida na LDB, tendo em vista que somos uma escola inclusiva a forma de trabalho está incluso na nossa proposta político pedagógica.

2) Como a equipe escola elabora essa proposta? O que é levado em consideração?

R: A elaboração é feita em conjunto com todos os segmentos da escola através de

debates, questionários e reuniões para definir o PRIMEIRA.

3) Quais são as adaptações curriculares, em termos de conteúdos e métodos de ensino, necessárias para um melhor desenvolvimento do aluno PNEE?

R: As adaptações são feitas seguindo as necessidades de cada estudante de acordo com o grau de seu comprometimento e com a sua deficiência de aprendizagem.

4) Até quantos alunos PNEE a escola admite por sala de aula?

R: Segundo a nossa estratégia de matrícula e dependendo do grau de deficiência de 3 a 4 estudantes.

5) Há um professor ou auxiliar responsável exclusivamente para o aluno PNEE?

R: Nossa escola possui Sala de Recursos que dar suporte no processo ensino/aprendizagem. Mas não acompanha individualmente um estudante, atende a todos os estudantes da escola.

6) Quais critérios são usados para a avaliação do aluno PNEE?

R: Depende do professor e da necessidade do estudante, uma vez que é o professor com ajuda e auxílio da sala de recursos que faz a adaptação curricular.

7) Há outros profissionais qualificados e especializados que auxiliam o professor junto ao aluno PNEE? Quais?

R: Sim, os professores da sala de recursos.

8) Por fim, como a escola vê o processo de inclusão do PNEE no âmbito escolar, levando em consideração as dificuldades e limitações do aluno?

R: É um processo interessante, mas difícil, uma vez que nem todos os estudantes regulares aceitam bem a inclusão. Mas ao mesmo tempo gratificante quando observamos a integração e o desenvolvimento dos estudantes com necessidades estudantis especiais.

ANEXO III

PERGUNTAS PARA PROFESSORES

ENTREVISTADA 4

CARGO: PROFESSORA

1) A proposta pedagógica que a escola oferece para incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE) funciona na prática?

R: A escola não tem uma proposta específica para atender os alunos com deficiência. Ela mudou a parte física, mas a pedagógica ainda deixa a desejar. A parte prática fica muito centrada na figura do professor, que faz adequações curriculares adequadas para os seus alunos e faz atividades de acordo com o nível de cada um.

2) Quais as adaptações curriculares, em termos de conteúdos e método de ensino, necessárias para um melhor desenvolvimento do aluno PNEE?

R: A escola ainda não está preparada para receber esses alunos. Por mais que tenha profissionais capacitados para isso, ela ainda não tem uma estrutura pedagógica. O professor tem que estabelecer uma proposta curricular para cada aluno e atividade diferente para cada um para atender aquela necessidade específica naquele momento, naquele ano. Então todas as atividades devem ser adequadas individualmente, uma vez que cada um tem sua singularidade.

3) Quais as maiores dificuldades que o aluno PNEE enfrenta na sala de aula?

R: Acredito que uma das maiores dificuldades que o aluno encontra é justamente a falta de recurso da escola, a falta de material. A criança se dispõe a ajudar o aluno, mas a principal dificuldade é aliar teoria à deficiência, pois o professor acaba tendo que reproduzir o material e o recurso que a escola não tem e isso reflete na dificuldade dele. Se o professor não consegue fazer uma atividade específica para ele, interfere no aprendizado do PNEE.

4) Como as outras crianças interagem com esse aluno? Como é feita a mediação pelo professor?

R: Eu coloco os alunos sentados juntos, os outros alunos gostam de ajuda. Em todas as atividades eu gosto de estimular que eles interajam uns com os outros para que o aluno PNEE se sinta pertencente ao processo de aprendizagem. Respeito as limitações de cada um, mas busco ajudar o aluno a ser incluído e se sentir útil ali naquele espaço. Os alunos observam, dão dicas, conversam... O professor deve ensinar a respeitar uns aos outros, entendendo que todos são iguais ainda que diferentes.

5) Quais critérios são usados para a avaliação do aluno PNEE?

R: As avaliações são cumulativas, processuais e ao longo de todo o processo. Toda atividade é avaliativa porque é um processo. O aluno com necessidades educacionais especiais oscila muito, então tudo se dá em forma de observação e registro. Ele é avaliado por meio de sua evolução pedagógica. É claro que nem todos são avaliados da mesma forma. Alguns fazem provas de acordo com o nível e com a psicogênese e outros mais comprometidos são avaliados através de observações diárias e registros.

6) Há outros profissionais qualificados e especializados que auxiliam o professor junto ao aluno PNEE? Quais?

R: Neste ano tem a professora da sala de recursos generalista que dá o suporte, a psicóloga e orientadora educacional também ajuda nesse processo.

7) Você, enquanto professor e vivenciador da prática educacional inclusiva, considera que o aluno PNEE é, de fato, incluído ou é apenas integrado nesse contexto?

R: Com a minha experiência hoje, acredito que o aluno não seja realmente incluído, mas está ali para que se cumpra uma legislação. Não, claro, em todas as escolas, mas em sua grande maioria ele está somente inserido no contexto educacional, pois ainda deve ter muito preparo por todos os profissionais da educação, de forma que o aluno tenha uma aprendizagem significativa.

8) Como a escola vê o processo de inclusão do PNEE no âmbito escolar, levando em consideração as dificuldades e limitações do aluno?

R: A escola ainda vê o aluno como alguém diferente e como um “problema”, justamente por não saber lidar com ele ainda, como fazer e o que fazer com o aluno. Infelizmente, ela ainda não tem um contexto preparado para ele, tanto cognitivo, como psicológico. O aluno muitas vezes chega na escola sem um laudo, sem um pré-diagnóstico e até pra encaminhar esse aluno é difícil, por que encaminhar pra quem se a escola não tem o amparo? Então algumas escolas sofrem com isso.

9) Fale sobre como você percebe as relações no contexto da escola, em relação às pessoas com deficiência.

R: As outras crianças ajudam o aluno PNEE, brincam, pedem para levar ao banheiro, tentam conversar quando ele se afasta, por exemplo. É preciso estar o tempo todo trabalhando a questão do respeito para que as crianças aprendam a se respeitar e a respeitar as limitações uns dos outros, para não haver chacotas e nem brincadeiras de mau gosto, mas no geral posso dizer, por minha experiência, que as outras pessoas,

tanto os alunos, como a equipe profissional, desenvolvem uma boa relação com o aluno com necessidades especiais.

10) Fale sobre como você percebe a influência das relações familiares no processo de desenvolvimento-aprendizagem do PNEE

R: A interação família e escola é muito importante, tanto com os alunos com necessidades especiais, como os outros alunos considerados “normais”. Então a família tem um papel primordial na educação desses alunos. Quando a família está integrada com a escola, o aluno se sente mais confortável, os pais ajudam, cobram, nos orientam como os alunos se portam em casa, as dificuldades e avanços que ele tem. Portanto, essa relação que a escola tem com a família é importante, até mesmo para saber como seu trabalho está acontecendo, se o aluno está tendo ganho ou não, pois o processo do aluno na escola também reflete em casa.

ENTREVISTADA 5

CARGO: PROFESSORA

1) A proposta pedagógica que a escola oferece para incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE) funciona na prática?

R: Na maior parte, sim. Apesar da SEEDF não cumprir com suas as obrigações em vários aspectos, entre eles as adaptações físicas necessárias. A instituição oferece turmas inclusivas (reduzidas) de integração inversa em todas as etapas (da educação Infantil ao quinto ano). Nessas turmas, os alunos especiais têm direito a monitor exclusivo em sala de aula, ao atendimento educacional especializado - AEE (sala de recursos) e atendimento na sala de Apoio a Aprendizagem(Pedagoga), ambos no turno contrário ao das aulas. Também oferta classes especiais sem seriação, compostas por dois alunos diagnosticados com Transtornos Globais do desenvolvimento/ Transtorno do Espectro Autista.

2) Quais as adaptações curriculares, em termos de conteúdos e método de ensino, necessárias para um melhor desenvolvimento do aluno PNEE?

R: De acordo com as orientações pedagógicas do Ensino Especial, as adequações têm que ser orientadas pelo Currículo da Educação Básica, observando os seguintes pontos: “o que”, “como” e “quando” o estudante deve aprender, levando em consideração que os alunos especiais requerem um atendimento pedagógico adequado às suas diferentes necessidades. Nesse contexto, as adequações curriculares precisam ser feitas de acordo com as especificidades de cada aluno, favorecendo e potencializando o

desenvolvimento de competências e de habilidades. Portanto, metodologia e conteúdos, devem ser planejados de acordo com as limitações e potencialidades de cada estudante.

3) Quais as maiores dificuldades que o aluno PNEE enfrenta na sala de aula?

R: Além da falta das adaptações físicas, a ausência de recursos pedagógicos específicos. Muitos vezes, a prática docente com esse aluno se torna limitada devido ao reduzido número de materiais necessários para que de fato se desenvolva uma educação de qualidade com os estudantes especiais. Para o professor colocar em prática o que consta nas Orientações Pedagógicas na Educação Especial, ele tem bancar os recursos específicos com o seu próprio salário.

4) Como as outras crianças interagem com esse aluno? Como é feita a mediação pelo professor?

R: As crianças em geral acolhem muito bem o aluno especial. Não há aceção. Os alunos ditos “normais”, tratam os estudantes especiais com todo respeito e valor. Por se tratar de uma escola inclusiva, a Instituição tem como um dos objetivos do PPP, favorecer a inclusão e isso requer, que não só os docentes, mas todo o grupo escolar, tenham atitudes voltadas para um inclusão, servindo assim como referência para as crianças. Cabe ressaltar, o preponderante papel do professor como agente educativo mediador e facilitador do processo de aprendizagem.

5) Quais critérios são usados para a avaliação do aluno PNEE?

R: De acordo com a Orientações Pedagógicas que regem o Ensino Especial, as potencialidades e as necessidades devem ser avaliadas, a partir da análise comparativa entre as habilidades listadas no currículo funcional ou nas adequações curriculares quando for o caso, no processo de execução das tarefas e no desempenho do estudante nessas habilidades.

6) Há outros profissionais qualificados e especializados que auxiliam o professor junto ao aluno PNEE? Quais?

R: Sim. Os estudantes especiais recebem atendimento na sala de recursos e da pedagoga no horário contrário às aulas. Já na sala de aula, tem o auxílio do monitor, exclusivamente para aquele aluno.

7) Você, enquanto professor e vivenciador da prática educacional inclusiva, considera que o aluno PNEE é, de fato, incluído ou é apenas integrado nesse contexto?

R: Apesar de todas as dificuldades oriundas pela extrema escassez de tudo, eu contemplo nessa Instituição de ensino, muitas possibilidades em relação aos estudantes

especiais... Temos excelentes profissionais, que realmente abraçam a causa e não se curvam nem se intimidam com a desvalorização e a falta... Dão o melhor de si, valorizando nesses estudantes, não a suas necessidades, mas suas potencialidades e habilidades.

8) Como a escola vê o processo de inclusão do PNEE no âmbito escolar, levando em consideração as dificuldades e limitações do aluno?

R: Como um lugar que possibilita o desenvolvimento desses alunos com necessidades educacionais especiais, fazendo a mediação entre professor, aluno e demais profissionais, fortalecendo o pertencimento desse aluno à sociedade e rompendo barreiras sociais e físicas.

9) Fale sobre como você percebe as relações no contexto da escola, em relação às pessoas com deficiência.

R: Como tem que ser. A escola luta no combate a qualquer tipo de discriminação e a eliminação de barreiras e obstáculos à acessibilidade do estudante ao processo de ensino e de aprendizagem.

10) Fale sobre como você percebe a influência das relações familiares no processo de desenvolvimento-aprendizagem do PNEE.

R: Embasada em minha prática docente, as famílias que tenho trabalhado, até hoje desenvolveram bem o seu papel na interação com a escola, visando o que há de melhor para a criança, mas presenciei relatos de vários colegas de trabalho, lamentando o não comprometimento dos responsáveis pelos estudantes especiais, ora pela não aceitação da deficiência ou transtorno da criança, ora pela “falta de tempo” para tratar de assuntos